



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA À DISTÂNCIA

LUCIELE MEDEIROS DA COSTA

AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR: perspectivas, implicações e
referencialidades à Educação Especial

JOÃO PESSOA/PB
2018

LUCIELE MEDEIROS DA COSTA

AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR: perspectivas, implicações e
referencialidades à Educação Especial

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Pedagogia à Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para obtenção do título de Pedagoga, sob a orientação da Prof^ª. Ms. Mirinalda Alves Rodrigues dos Santos.

JOÃO PESSOA - PB
2018

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

C838p Costa, Luciele Medeiros da.

AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR: perspectivas,
implicações e referencialidades à Educação Especial /
Luciele Medeiros da Costa. - João Pessoa, 2018.
32 f.

Orientação: Mirinalda Alves Rodrigues dos Santos.
Monografia (Graduação) - UFPB/Educação.

1. Educação Especial. Políticas. Inclusão Escolar. I.
Santos, Mirinalda Alves Rodrigues dos. II. Título.

UFPB/BC

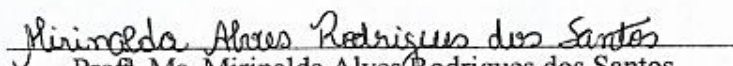
LUCIELE MEDEIROS DA COSTA

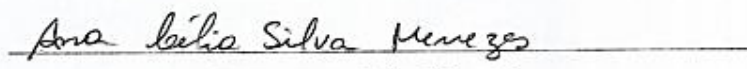
AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR: perspectivas, implicações e
referencialidades à Educação Especial

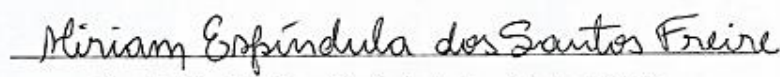
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
curso de Pedagogia à Distância, do Centro de
Educação da Universidade Federal da Paraíba,
como requisito para obtenção do título de
Pedagoga, sob a orientação da Prof^a. Ms. Mirinalda
Alves Rodrigues dos Santos.

Aprovada em 14 de junho de 2018

BANCA EXAMINADORA


Prof^a. Ms. Mirinalda Alves Rodrigues dos Santos
(Orientadora)


Prof^a. Dr. Ana Célia Silva Menezes
(Examinadora)


Prof^a. Ms. Miriam Espíndula dos Santos Freire
(Examinadora)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser essencial em minha vida; aos meus pais, Elias e Lúcia; às minhas irmãs, em especial, Eulália e Lucélia, por terem sempre me ajudado a superar alguns obstáculos nessa trajetória; aos meus filhos, Eduardo Portela e Ádrian Miguel, por serem a fonte inspiradora dessa formação; aos meus sobrinhos; aos meus cunhados e ao meu esposo, João Batista de Medeiros, pelo apoio e por estar sempre ao meu lado em minhas decisões e a toda a minha família que diretamente e indiretamente, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa de minha vida.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por ser a luz em meu caminho por ter me dado saúde, paciência e força para superar as dificuldades encontradas em cada etapa, pois não foi fácil.

À Universidade Federal da Paraíba – UFPB pela oportunidade de nos proporcionar a realização de um sonho. À coordenação e a secretaria do Pólo de São Bento- PB, por sempre se dedicarem ao máximo em nos orientar e compreender nossas dificuldades.

A todos meus professores, pela dedicação durante esses anos de estudo, deixando seus ensinamentos nessa grande jornada acadêmica.

À minha orientadora, Mirinalda Alves Rodrigues dos Santos, uma profissional competente, que com disponibilidade e dedicação me orientou nessa etapa, com paciência e precisão.

À minha irmã Maria Eulália pelo apoio e orientações na realização desse sonho, à minha irmã e colega de curso, Lucélia Araújo, pelas orientações nas dificuldades e desafios, à minha comadre e colega de curso, Edilane Araújo, por estar sempre ao meu lado nos momentos difíceis, sempre me incentivando e ajudando na realização dos trabalhos.

Aos meus pais, Elias Medeiros da Costa e Maria Lúcia da Costa pelo incentivo e apoio, em especial, à minha mãe por cuidar dos meus filhos em minha ausência e idas ao Pólo na cidade de São Bento - PB. E a todos da minha família que direto e indiretamente fizeram parte da minha formação.

Aos meus filhos, Eduardo Portela e Ádrian Miguel por ser a razão da minha formação, aos meus sobrinhos, aos meus cunhados, aos meus amigos e ao meu esposo João Batista de Medeiros pelo apoio e por estar sempre ao meu lado.

Aos demais colegas de curso pelos momentos de entretenimento, em especial, Clédina, por compartilhar seus conhecimentos, nessa jornada de estudos. O meu muito obrigado.

Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças.

(MANTOAN)

RESUMO

A educação especial reflete em um ensino, que visa o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo que necessitam de uma educação especial de qualidade, que atenda cada aluno em suas especificidades. Nesse sentido, este estudo tem como objetivo geral analisar concepções, implicações e as referencialidades acerca da Educação Especial no contexto das políticas de inclusão escolar, haja vista que é por meio da inclusão escolar que as pessoas com necessidades educacionais especiais, têm o direito à educação. O presente trabalho monográfico trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativa, do tipo bibliográfica e documental de caráter exploratório e pelos procedimentos de abordagem indireta. E que está bem embasado em autores como: Bozzo, (2012), Brasil (1988; 1994; 2007; 2016), Freire (2008), Frias (2009), Mantoan (2001), Mittler (2003), Sassaki (2006), Vangula; Vedoado (2014) entre outros. O trabalho tem grande relevância, pois os resultados obtidos é que a inclusão escolar é um meio indispensável para o desenvolvimento social e cognitivo dos indivíduos com necessidades educacionais especiais, um processo que percorreu por um longo caminho de construções, desconstruções e grandes desafios, a luta ainda é constante para uma real inclusão escolar, necessitando ainda repensar as concepções, propiciar novas oportunidades de aprendizagem e fazer adaptações nos currículos escolares.

Palavras chaves: Educação Especial. Políticas. Inclusão Escolar.

ABSTRACT

The special education reflects in a teaching that aims at the development of the potentialities of the individual that need a special education of quality, that attends each student in its specificities. In this sense, this study has as a general objective to analyze conceptions, implications and referentialities about Special Education in the context of the policies of school inclusion, since it is through the school inclusion that people with special educational needs have the right to education . The present work is a qualitative research, of the bibliographic and / or documentary type of exploratory character and by the procedures of indirect approach. And that is well based on authors such as: Bozzo (2012), Brazil (1988, 1994, 2007, 2016), Freire (2008), Frias (2009), Mantoan (2001), Mittler (2003), Sasaki Vedoado (2014) among others. The work has great relevance, since the obtained results is that the school inclusion is an indispensable means for the social and cognitive development of individuals with special educational needs, a process that has gone through a long road of constructions, deconstruction and great challenges, the fight is still constant for a real school inclusion, still needing to rethink the conceptions, provide new learning opportunities and make adaptations in school curricula.

Key words: Special Education. Policies. School Inclusion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I- APRESENTANDO OS CAMINHOS METODOLÓGICOS	11
1.1 Universo da pesquisa	12
1.1.1 Instrumentos e procedimentos para coleta de dados.	13
1.1.2 Procedimentos metodológicos	14
CAPÍTULO II – BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR.....	15
2.1 Concepções de Educação Inclusiva	16
2.1.1 Fases da inclusão escolar	17
2.1.2 Inclusão Escolar nas etapas da Educação Básica	19
CAPÍTULO III – AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR: CAMINHOS E PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	21
3.1 O que temos nas políticas de inclusão escolar sobre a Educação Especial?.....	22
3.1.1 Educação especial como Direito Fundamental.....	25
3.1.2 Por uma escola inclusiva: concepções e implicações da Educação Especial nos documentos oficiais	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
REFERÊNCIAS	31

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar na perspectiva da educação especial é um tema bastante discutido nos dias atuais, pois o processo de inclusão há muito tempo vem sendo um dos grandes desafios no contexto escolar. O processo de inclusão escolar, apesar de grandes avanços, ainda é uma luta constante para os indivíduos com necessidades educativas especiais. Diante do contexto, evidencia-se a importância da inclusão das pessoas com deficiência na escola, pois é por meio da inclusão escolar que estas têm o direito à educação, uma vez que, a educação especial reflete em um ensino que visa o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo que necessitam de uma educação especial de qualidade, que atenda cada aluno em suas especificidades.

A inclusão escolar é de grande relevância no combater aos preconceitos, e também é uma forma eficaz de combater as barreiras de discriminação contra as pessoas com necessidades especiais. Além de garantir o acesso à educação, proporciona a socialização e interação com outros indivíduos, combatendo cada vez mais a exclusão. Com essa visão se pergunta, quais os caminhos vivenciados pela educação especial no contexto das políticas de inclusão escolar? Nessa perspectiva o presente trabalho de pesquisa científica aborda um tema bastante importante e discutido durante muito tempo na educação, e que ainda é um grande desafio no contexto escolar.

Tendo em vista a luta constante da inclusão escolar e a dimensão da importância do tema, criou-se uma grande curiosidade, tanto pessoal como acadêmica de analisar as concepções, implicações e as referencialidades acerca da educação especial no contexto das políticas de inclusão escolar, pois se sabe o quanto é necessário o aprofundamento do conhecimento acerca da temática estudada, que atualmente aumenta a necessidade da inclusão escolar das pessoas com necessidades educativas especiais no ensino regular, com todos os direitos de acesso e permanência na escola, com atendimento educacional especializado para o melhor desenvolvimento das habilidades e capacidades motoras e cognitivas, assim como social e afetiva.

Diante dessas questões expostas, esse estudo apresenta os seguintes objetivos:

Objetivo Geral

- Analisar concepções, implicações e as referencialidades acerca da educação especial no contexto das políticas de inclusão escolar.

Objetivos Específicos

- Identificar historicamente conceitos de inclusão escolar;
- Verificar os caminhos e os desafios enfrentados pela inclusão escolar na ótica da educação especial;
- Analisar as perspectiva de efetivação da educação especial nas políticas de inclusão escolar.

Essa pesquisa se torna viável, pois o conhecimento da inclusão é muito relevante para o aprofundamento de conhecimentos acadêmicos e para que todos os profissionais da educação conheçam os caminhos, desafios e avanços das pessoas com necessidades especiais incorporados nas políticas educacionais de inclusão. Na qual evidencia o motivo e interesse pela temática. Os indivíduos com necessidades educativas especiais durante muito tempo eram vistos como um ser diferente, sem direito de viver e demonstrar a capacidade de construir suas próprias histórias.

A luta é constante, mas se sabe que é por meio do processo de inclusão escolar que esses indivíduos têm o direito à educação, uma vez que, proporciona a interação e socialização com diversas pessoas. É nessa visão que o processo de inclusão na escola e em todo sistema educativo, desde a educação básica até o ensino superior é necessário e indispensável, pois é de extrema importância para o rompimento de barreiras de discriminação e preconceitos existentes durante muitos anos na educação. Grandes são os desafios a se enfrentar, porque a realidade atual, ainda é cercada de preconceito e discriminação. Portanto o processo de inclusão escolar é preciso ser abraçado por todos que fazem parte da comunidade escolar (VANGULA; VEDOADO, 2014).

Espera-se com essa pesquisa o conhecimento acerca da inclusão escolar, instigando reflexões e curiosidades sobre o referido tema. Nessa perspectiva esse estudo foi pensado e desenvolvido em três capítulos, o primeiro capítulo traz uma abordagem acerca da metodologia utilizada nesse estudo fazendo diálogo com autores que trazem concepções sobre perspectivas metodológicas. No segundo capítulo, foi feita uma abordagem conceitual-histórica acerca das políticas de inclusão escolar e no terceiro capítulo foi feita uma análise documental sobre o que temos de perspectivas de educação especial nas políticas de inclusão escolar.

CAPÍTULO I

APRESENTANDO OS CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para o melhor conhecimento de um determinado tema é necessário que se busque esse conhecimento através da pesquisa, pois é um meio fundamental para adquirir o saber, e até solucionar e ser respondida, na hipótese de ser confirmada ou negada através do trabalho de pesquisa.

A pesquisa é muito importante, porque é um processo de investigação, onde o indivíduo tem de descobrir e aprender as relações ente os fatos, fenômenos e muitas situações que envolvem um determinado tema. Diante desse contexto, pode-se definir a pesquisa como um conjunto de atividades orientadas a fim de se encontrar um conhecimento específico. Desse modo existe a pesquisa científica que é realizada de modo sistemático, com método e técnicas que vão ser dirigidas a encontrar um determinado conhecimento, e que seja conectado a uma realidade empírica (RUDIO, 2007).

Assim, a pesquisa científica é um procedimento sistemático, que necessita de métodos e técnicas que ajudarão, de forma reflexiva, crítica, analítica e entre outras, para encontrar o conhecimento determinado, que esteja dentro da realidade. Segundo Marconi e Lakatos (2003) as técnicas de pesquisa que existem mais conhecidas são: documental e bibliográfica como sendo pesquisas de documentação indireta; e a pesquisa de campo considerada de documentação direta.

Diante desse contexto, o referido trabalho se trata de uma pesquisa documental e bibliográfica, pois ambas adotam os mesmos procedimentos na coleta de dados. Assim a pesquisa aqui aplicada é documental a partir da categoria de referencialidades acerca da educação especial nos documentos oficiais das políticas de inclusão. E, bibliográfica, pois a partir de leituras de autores e teóricos que abordam a temática possibilitará uma discussão mais consistente relacionada à educação especial no campo das políticas de inclusão.

A diferença que existe está no tipo de fonte que cada uma utiliza. Pois enquanto a pesquisa documental utiliza fontes primárias, como: documentos oficiais; fontes estatísticas, entre outras. E a pesquisa bibliográfica utiliza fontes secundárias, como: Livros; Jornais; Monografias; Teses e Dissertações; Artigos em fontes de papel e em meio eletrônico e Revistas. Assim como afirma Lakatos; Marconi (2003, p. 183) “A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de

estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc.”.

Portanto, a pesquisa é de grande importância, para que encontre o conhecimento de um determinado tema, assim como esta pesquisa é fundamental para o processo de conclusão de curso, e de grande valia para o futuro profissional da área.

1.1. Universo da pesquisa

A metodologia da pesquisa aplicada visa analisar as Políticas de Inclusão Escolar: perspectivas, implicações, e referencialidades à educação especial, para isso foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativa, bibliográfica e documental; de caráter exploratório e pelos procedimentos de abordagem indireta.

De acordo com Lakatos; Marconi (2003, p. 158) “A pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”. Sendo assim, para cumprir com os objetivos, o método, no qual se pretende utilizar é o dedutivo, pois parte das teorias e leis gerais para a compreensão das questões que envolvem a temática estudada.

A pesquisa documental tem uma grande semelhança com a pesquisa bibliográfica. Pois ambas tem a mesma natureza das fontes. A documental trata-se mais de materiais que não recebem ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto.

Diante desse contexto, o desenvolvimento da pesquisa documental, contudo, segue os mesmos passos da pesquisa bibliográfica. Apenas deve-se considerar que, enquanto na pesquisa bibliográfica as fontes são constituídas sobre material impresso, localizado nas bibliotecas; e na pesquisa documental, as fontes são muito mais diversificadas e dispersas (Gil, 2002). Dessa forma a metodologia aplicada, utiliza-se dos dois tipos de pesquisa, ou seja, tanto a bibliográfica quanto a documental devido as duas adotarem os mesmos procedimentos na coleta de dados.

Alguns documentos considerados com maior ênfase na pesquisa documental foram: a Constituição Federal de 1988; a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2007); a Declaração de Salamanca (1994), que trata do desenvolvimento das escolas inclusivas; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN, nº 9.394/96, que apresenta um capítulo inteiro dedicado à Educação Especial; a Lei nº

10.098/2000, que define os critérios sobre a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; o Plano Nacional de Educação – PNE (Lei 10.172/2001), que estabelece diretrizes e metas para Educação Especial e a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, um documento de caráter normativo, de exigência para o sistema educacional brasileiro.

1.1.1 Instrumentos e procedimentos para coleta de dados

Quanto aos procedimentos, instrumentos de coleta de dados, o referido estudo se baseia em materiais como: artigos, livros, monografias, documentos e revistas que tratam do referido tema, que está bem embasado em autores como: Bozzo, (2012), Brasil (1988; 1994; 2007; 2016), Freire (2008), Frias (2009), Mantoan (2001), Mittler (2003), Sassaki (2006), Vangula; Vedoado (2014) entre outros. Além disso, foi realizada uma busca no Google Acadêmico, utilizando indicadores sobre as Políticas de Inclusão Escolar: perspectivas, implicações, e referencialidades a educação especial. Este procedimento é de fundamental importância, para que o sucesso da realização do desenvolvimento da pesquisa procedesse de forma gratificante, com bons resultados e que proporcionasse um melhor entendimento, servindo de suporte para o aprofundamento da temática em questão.

Os autores acima citado, contribuiu de forma relevante para a construção do referido trabalho, por abordar e apresentar temas de grande referência na questão da inclusão escolar. Bozzo (2012) teve sua contribuição com o tema “Inclusão na escola”; Brasil (1988; 2007), contribui com análise dos documentos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; Freire (2008) “um olhar sobre inclusão”.

A contribuição de Frias (2009) também de grande relevância para a compreensão do referido tema, pois aborda uma questão importante sobre inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do ensino regular, um assunto bastante discutido nos dias atuais, por se tratar de um dos grandes desafios enfrentado pela educação inclusiva.

Diante disso, Mantoan (2001) um autor de grande influência sobre o referido tema, aborda “Caminhos pedagógicos da inclusão” e que faz uma importantíssima conceituação sobre inclusão, pois mostra na abordagem que inclusão é um privilégio de conviver com as diferenças, e com isso até os professores aprendem uma lição, que é respeitar as diferença. Assim como Mittler (2003) defende a inclusão, pois é necessário que todos se sintam bem-vindos e celebra a diversidade, como forma de valores.

O conhecimento de Sasaki (2006) contribuiu para entender quais as fases que a inclusão passou para a construção de uma sociedade para todos. E Vangula; Vedoado (2014) também contribui com grandes conhecimentos sobre a educação inclusiva.

Portanto, para o melhor conhecimento desse trabalho, na busca de alcançar o objetivo de analisar concepções, implicações e as referencialidades da educação especial no contexto das políticas de inclusão escolar. Além do conhecimento relacionado ao referido tema “As Políticas de Inclusão Escolar: perspectivas, implicações, e referencialidades à educação especial”, ficam evidentes, as grandes contribuições dos autores mencionados acima, com conhecimento acerca do tema desta pesquisa.

1.1.2 Procedimentos metodológicos

A referida pesquisa foi analisada com base no material da literatura estudada, como livros, jornais, monografias, documentos, revistas, etc. A literatura que trata do tema pesquisado contribui para adquirir novos conhecimentos, sendo de grande valia debruçar-se na leitura para compreender conceitos e palavras chaves da pesquisa, que sem sombra de dúvida proporcionam novos saberes.

Diante disso, o processo de realização da pesquisa tem grandes dificuldades, por se tratar de uma abordagem difícil, que apesar de grandes avanços no processo de inclusão escolar, ainda existem muitos desafios a serem enfrentados. Desafios estes que impulsionaram ainda mais o interesse para estudar o referido tema. Esta pesquisa de cunho qualitativa, do tipo bibliográfica e documental, de caráter exploratório e pelos procedimentos de abordagem indireta, foi utilizada devido à curiosidade pelo tema e para um maior aprofundamento da temática.

Nessa visão o estudo foi pensado e desenvolvido em três capítulos, no primeiro capítulo é feita uma abordagem acerca da metodologia utilizada nesse estudo fazendo diálogo com autores que trazem concepções sobre perspectivas metodológicas. No segundo capítulo, foi feita uma abordagem conceitual-histórica acerca das políticas de inclusão escolar e no terceiro capítulo foi feita uma análise documental sobre o que temos de perspectivas de Educação Especial nas políticas de inclusão escolar.

Diante desse contexto, o procedimento metodológico se trata de uma pesquisa bibliográfica e documental, que é analisada com base em material da literatura publicada e estudada.

CAPÍTULO II

BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA SOBRE A INCLUSÃO ESCOLAR

Historicamente, a educação especial passou por grandes desafios no que diz respeito aos avanços e aos retrocessos no contexto das políticas educacionais. No que diz respeito às discussões acerca do termo de inclusão, para essa questão, nos últimos tempos tivemos avanços diante do termo inclusão, dessa forma, o encaminhamento destina-se para incluir os alunos com necessidades educativas especiais no ensino regular, sendo assim, iniciou a luta para garantir o direito daqueles, consideravelmente, excluídos. De acordo com Brasil (2007, p.01):

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os estudantes tenham suas especificidades atendidas.

Diante dessa concepção, a educação na perspectiva inclusiva ganha um espaço no debate da exclusão, em que promove a ampliação das discussões em que confronta questões sobre os preconceitos e discriminação, e cada vez mais alerta a educação nas organizações do sistema de ensino, para acontecer mudanças significativas no sentido de atender a todos os estudantes nas suas especificidades.

A inclusão escolar é a forma mais eficaz para amenizar os preconceitos e discriminação contra as pessoas com necessidades especiais. É por isso que a constituição brasileira diz e especifica no artigo 208, que é dever do Estado garantir "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino" (BRASIL, 1988). Além de incluir na escola é necessário um atendimento educacional especializado, conforme Mantoan (2001, p. 24):

[...] inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças e na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças. Esse é o primeiro passo para construir uma sociedade mais justa. [...]. Para ela, uma sociedade justa e que dê oportunidades para todos, sem qualquer tipo de discriminação, começa na escola.

Diante do contexto, a inclusão possibilita o convívio e principalmente o respeito com as diferenças, e a partir desse contato com as pessoas com necessidades especiais, os indivíduos aprendem a conviver com as diferenças e a construir uma sociedade mais justa, sem preconceito e discriminação. Poder conviver com as diferenças é o primeiro passo para a conquista de uma sociedade de oportunidades para todos.

2.1 Concepções de Educação Inclusiva

A inclusão escolar precisa ser assumida por todos que fazem parte da comunidade escolar, sendo de grande valia, conviver com as diferenças e repensar nas concepções e propiciar novas oportunidades, para todos viverem e conviverem com o outro. Como diz Vangula; Vedoado (2014, p. 06) “O ingresso da criança com necessidades educativas especiais envolve o preparo de toda comunidade escolar para receber essa criança e a conscientização quanto à educação” [...]. Por uma inclusão escolar é necessário valorizar a diversidade, respeitando o potencial de cada um, o ritmo de cada um, as diferenças individuais, capacidades e habilidades de todos, com o propósito de oferecer o ensino e aprendizagem de qualidade. Contudo, não foi fácil o percurso e a luta a favor da inclusão escolar.

Atualmente, são muitos os documentos que tratam, defendem e enaltecem essa temática; como: a Constituição Federal de 1988; a Coordenadoria Nacional para a integração de pessoa portadora de Deficiência - CORDE (Lei 7.853 de 1989); a Conferência Mundial de Educação para todos, em 1990; o Estatuto de Crianças e Adolescente - ECA (Lei nº 8.069); a Declaração de Salamanca, em 1994; Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394 de 1996); Parâmetros Curriculares Nacional de 1998; o Decreto 3.298 de 1999, que regulamenta a Lei nº 7.853/89); a Lei 10.048 e 10.098 de 2000; o Plano Nacional da educação de 2001. Esses, e entre outras ações com o intuito de garantir o direito e a inclusão escolar de todos os indivíduos com necessidades especiais. (LOPES; ROSA; FRANÇA, 2011).

O processo da inclusão escolar tem sido investido nessas políticas internacionais e nacionais, para atender o direito de todos, sem distinção, oferecer o respeito e um atendimento educacional adequado de acordo com as especificidades de cada aluno. Porém, para construir uma educação inclusiva, não é apenas as leis e sim aceitação e respeito de todos que fazem parte da comunidade escolar. Para Cavalcante *apud* Bozzo (2012, p.85) “Incluir significa oferecer educação de qualidade para todos”.

Assim, para a inclusão escolar acontecer são necessárias adaptações no currículo, na escola ou até mesmo na sociedade, para que os indivíduos que apresentam necessidades educacionais especiais possam ser vistos, como uma pessoa com capacidade de aprender e construir seus próprios conhecimentos.

Segundo Vagula; Vedoato (2014, p. 01) afirma que “[...] no processo de inclusão, que vai além da presença física do educando na sala de aula, envolvendo a ampliação das possibilidades desse atendimento, a convivência social, a promoção da aprendizagem e o desenvolvimento integral do aluno”. Assim, pode-se perceber que para acontecer a inclusão escolar não basta que o aluno esteja apenas, fisicamente, na escola; mas sim ampliar a convivência social, a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno como um ser integral.

2.1.1 Fases da inclusão escolar

A inclusão escolar em sua trajetória passa por grandes desafios, e durante esse tempo a educação especial de acordo com Sassaki (2006) passou por quatro fases: a exclusão, a segregação, integração e inclusão. Quatro fases com diferentes momentos históricos, que caracterizou o processo de inclusão e tiveram uma grande influência no processo educativo até os dias atuais.

No período em que não se tinha o apoio das políticas de inclusão, onde as práticas exclusivas eram mais explícitas, as pessoas com deficiência eram excluídas e até eliminadas por considerarem uma pessoa sem importância, não havia preocupação e nem atenção especial, sendo essas rejeitadas e ignoradas pela sociedade. E também nas antigas civilizações as crianças que já nasciam com deficiência eram sacrificadas.

De acordo com Figueira (2011, p.10) afirma que:

[...] Antigamente no Brasil, relatos de historiadores e antropólogos, confirmam que já existia a prática de exclusão entre os indígenas, a partir do momento em que nascia uma criança com deficiência, ou viesse futuramente adquirir alguma deficiência, eram logo eliminadas de forma cruéis, sendo abandonadas na mata, lançadas montanha abaixo e sacrificadas em rituais.

Diante disso, percebe-se que a exclusão já existia há muito tempo na vida do ser humano de forma muito desagradável e cruel, mas com o passar do tempo surgiu a fase da segregação, onde foram criados espaços especiais, separados dos demais, assim as pessoas com necessidades especiais ficavam distantes das famílias, para receber atendimentos em

instituições religiosas ou filantrópicas. Foi assim que surgiram as primeiras escolas especiais e centros de reabilitação. (FRIAS, 2009).

Ainda na fase da segregação que as pessoas com deficiência passaram, tinha-se a concepção de que essas pessoas, por causa de determinada deficiência, precisavam ser levadas para locais separados de seus familiares, e eram vistas e tratadas como doentes ou incapazes. Não se tinha mais o intuito de exterminá-las, porém, dependiam do “olhar caridoso” das instituições religiosas.

Logo após a segregação vem a fase da integração, que predomina a educação de reabilitação, pessoas com necessidades especiais eram submetidas a fazerem testes de inteligência, para ser encaminhadas às escolas regulares, classes especiais e salas de recursos. Mas, as escolas não se adaptavam ao aluno com necessidades educativas especiais, e sim os alunos tinham que se adaptar, pois não havia o atendimento e ensino adequado (VANGULA; VEDOADO, 2014).

Na fase da inclusão, todas as pessoas com necessidades especiais devem ser inseridas no ensino regular e em classes comuns, sendo que os ambientes físicos e os sistemas educacionais são responsáveis para propiciar educação de qualidade para todos, e que devem ser adaptados aos alunos, conforme suas necessidades e especificidades (FRIAS, 2009).

Diante disso, a educação especial era vista como uma exclusão social dos alunos com necessidades especiais, na escola regular de ensino, até chegar à fase de inclusão, uma vez que os alunos com necessidades educativas especiais, não tinham contato com outras crianças.

Assim, o termo inclusão ganhou espaço e vem sendo discutido e analisado mundialmente ao longo dos tempos com termos legais, visando propiciar parâmetros em busca de uma escola de qualidade para todos, uma vez que se deve partir do princípio de que “[...] todas as diferenças humanas são normais e de que a aprendizagem deve, portanto, se ajustar às necessidades de cada criança, em vez de cada criança se adaptar aos supostos princípios quanto ao ritmo e à natureza do processo educativo” (BRASIL, 1994, p. 18).

O processo de inclusão vem na luta para defender os direitos de todos os indivíduos, de serem aceitos e respeitados nas suas diferenças, no direito à educação, para que todos desenvolvam suas potencialidades e permitam exercer o direito de cidadania, através de uma educação de qualidade para todos; sem preconceitos, discriminações e desrespeito ao indivíduo enquanto pessoa.

2.1.2 Inclusão Escolar nas etapas da Educação Básica

A inclusão escolar nas etapas da educação básica faz com que as crianças e adolescente com necessidades educativas tenham a oportunidades desde cedo a frequentar a escola e a familiarizar com o ambiente educacional. Pois, no ensino regular, as etapas da educação básica vão desde a educação infantil até o ensino médio.

Diante disso, a inclusão escolar nas etapas da educação básica, faz-se necessário que a escola abra novas perspectivas de acesso e permanência nas instituições de ensino, pois a inclusão como se sabe é um processo coletivo e que todos envolvidos com a educação estejam abertos a novas práticas de inclusão, para que assim a inclusão escolar nas etapas de educação básica ultrapasse as barreiras da exclusão, e que todos possa ter oportunidade de acesso à educação de qualidade.

De acordo com Mitter (2003, p.25)

O objetivo da inclusão está atualmente no coração da política educacional e da política social. [...] No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. [...] Esse conceito de inclusão envolve um repensar radical da política e da prática e reflete um jeito de pensar fundamentalmente diferente sobre as origens da aprendizagem.

Diante do exposto, a inclusão tem como objetivo, a política educacional e social da pessoa com necessidades especial, e para isso é necessário o processo de reforma e de reestruturação da escola como um todo, pois a partir das etapas da educação básica todos os alunos têm a mesma oportunidade de se desenvolver integralmente. Com isso, percebe-se que a inclusão envolve não só o âmbito educacional, mas também um processo de reforma política e social, para que haja uma construção de uma sociedade menos exclusiva, de forma que todos reconheçam as diferenças e respeite de acordo com as particularidades de cada aluno.

Assim, a proposta da inclusão das pessoas com necessidades especiais na escola do ensino regular, atualmente, é praticamente indiscutível, tornando-se frequente ao Ministério Público o apoio sobre as reivindicações da inclusão dos alunos com deficiência nas escolas do ensino regular. De modo que a legislação brasileira, mediante a Lei de Diretrizes e Bases - 9394/96, como também o Decreto n. 6.571/08, entre outras, preconiza a inclusão e a ampliação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), em rede pública, aos educando com deficiência, desde a Educação Básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) ao Ensino Superior.

Como aconteceu um marco bastante importante no processo educacional do país (SCHLÜZEN; RINALDI; SANTOS, 2011). Diante disso, a inclusão escolar nas etapas da educação básica passou a ter mais ênfase, com as legislações brasileiras mais recentes, pois apesar dos avanços no que diz respeito aos marcos legais, o processo de inclusão ainda é um grande desafio, na busca da efetivação dos direitos no campo educacional.

CAPÍTULO III

AS POLÍTICAS DE INCLUSÃO ESCOLAR: CAMINHOS E PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

A Inclusão escolar é um movimento educacional, social e político assumido com a ratificação da declaração de Salamanca, para desenvolver uma educação inclusiva, que defende o direito de todos os indivíduos participarem ativamente da sociedade, através de uma educação de qualidade para desenvolver e concretizarem suas potencialidades (FREIRE, 2008). Diante desse contexto Mitter (2003, p.34) diz:

A inclusão implica uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula. Ela é baseada em um sistema de valores que faz com que todos se sintam bem-vindos e celebra a diversidade que tem como base o gênero, a nacionalidade, a raça, a linguagem de origem, background social, o nível de aquisição educacional ou a deficiência.

Percebe-se assim, que na luta por uma educação igual para toda a sociedade, a inclusão escolar implica em uma grande mudança educacional, no que se refere ao currículo, à avaliação e entre outros fatores que estão relacionados à educação, pois o processo de inclusão não se aplica apenas inserir a pessoa com necessidades especiais, e sim a escola pensar em um sistema que atenda às necessidades especiais de qualquer indivíduo.

Diante desse contexto, há uma necessidade de abordar a educação especial, que reflete em um ensino que busca o desenvolvimento das potencialidades do indivíduo com necessidade educativa especial, e que durante muito tempo vem percorrendo na luta para garantir um ensino igual para todos, para que assim construa efetivamente, a terminologia inclusão escolar.

Em se tratando de inclusão escolar, na perspectiva de uma educação especial, vale lembrar que se refere a uma questão de direitos, por isso é necessário analisar e refletir que incluir significa efetivar o direito à educação, a igualdade de direito de oportunidades, assim como a participação social, para que o aluno possa aprender e desenvolver de forma integral.

Dentre muitos documentos e políticas de inclusão, que norteiam a educação especial no Brasil, está a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação inclusiva, que foi elaborada pelo grupo de trabalho, nomeado pelo Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007 (BRASIL, 2007).

Segundo essa Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007, p. 11)

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

Diante do contexto, essa política aconteceu de forma muito importante para o processo de inclusão escolar, na perspectiva da educação especial, pois assegura uma educação especial às pessoas com necessidades educativas especiais. Uma modalidade de ensino que transcorre em todos os níveis e etapas da educação, garantindo a realização do AEE- Atendimento Educacional Especializado. Além disso, proporciona os recursos, orientando como utilizá-los de modo a contribuir nas turmas do ensino regular no processo de ensino-aprendizagem.

3.1 O que temos nas políticas de inclusão escolar sobre a Educação Especial?

As políticas de inclusão escolar, sobre a educação especial, assim como os documentos que norteiam e orientam esse processo, são de grande relevância para a implementação e concretização dos direitos das pessoas com necessidades educativas especiais. Desse modo, segundo Oliveira *apud* Moreira (2016, p. 81) aponta que:

A política inclusiva objetiva oportunizar a educação democrática para todos, considerando ser o acesso ao ensino público de qualidade e o exercício da cidadania um direito de todos; viabilizar a prática escolar da convivência com a diversidade e diferenças culturais e individuais, e incluir o educando com necessidades educacionais especiais no ensino regular comum. Essa política de educação inclusiva aponta para a democratização do espaço escolar, com a superação da exclusão de pessoas apresentam necessidades especiais e da dicotomia existente entre o ensino comum e a educação especial por meio de suas classes especiais.

Essas políticas de inclusão são conhecidas como políticas públicas de abrangência nacional e internacional, especialmente, aquelas que dão ênfase no processo de inclusão escolar relacionadas à educação especial, pois as políticas públicas aderem de grupos de aspectos políticos, econômicos e da sociedade civil, que obtiveram resultados em relação ao poder. Por isso implica na garantia do direito dos alunos que apresenta necessidades educativas especiais, tendo como finalidade assegurar a matrícula, a permanência e o atendimento educacional especializado nas escolas do ensino regular (VANGULA; VEDOADO, 2014).

Ainda de acordo com Vangula; Vedoado (2014), as políticas internacionais são a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que aborda a necessidade dos direitos humanos; o Programa Mundial de Ação Relativo (1982) às pessoas com Deficiência, que tem como meta a promoção de medidas de prevenção à deficiência; a Conferência Mundial sobre Educação para todos (1990), que tem como objetivo satisfazer as necessidades em relação à aprendizagem, e com isso concretizou o Plano Decenal de Educação para Todos (1993; 2003); a Declaração de Salamanca (1994), que trata do desenvolvimento das escolas inclusivas, que atenda a todos que necessitam de um atendimento diferenciado, seja permanente ou temporal; as Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência (1996), que tem a autorização da pessoa com deficiência em ambientes inclusivos, assim como propõe a provisão de intérprete e outros serviços de apoio adequado, para melhor atender às necessidades especiais; a Conferência Internacional para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas com Deficiência (1999), que incentivou o surgimento do Decreto nº 3956/2001, que promove a integração social plena dos alunos com necessidades educativa especial, tratando também da eliminação de qualquer forma de discriminação; a Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão, aprovada no Congresso Internacional “Sociedade Inclusiva” de 2001, que destacou a importância dos governos em assegurar e monitorar transparência da implementação de políticas, programas e práticas, para que assim toda a sociedade seja beneficiada; a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com deficiência (2006), que pontua sobre acessibilidade na educação, saúde, espaços físicos e entre outros; e o Decreto nº 6.949/2009.

Diante desse contexto, percebe-se que as políticas internacionais sobre a inclusão escolar, todas de grande relevância para garantir e assegurar os direitos das pessoas com necessidades educativas especiais, assim como as políticas internacionais, Vangula; Vedoado (2014) abordam também as políticas Nacionais sobre inclusão, que são a Constituição Federal de 1988, que assegura o direito de todos à educação, com igualdade de acesso e permanência; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN, nº 4024/61, que tem como referência dois artigo (Art. 88 e 89) para a Educação Especial; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN, nº 5.692/71, que supri o tratamento diferenciado para os alunos com deficiência física, mental, superdotados e os que se encontram em atraso na idade para o ensino regular; o Estatuto de Crianças e Adolescente - ECA, Lei nº 8.069/90; o Decreto 3.298/1999, que tornou possível o ingresso das pessoas com deficiência no mundo do trabalho; a Portaria nº 1793/1994 que sinalizou para a oferta da disciplina de Educação Especial nos cursos que formam professores; a Política Nacional de Educação Especial –

PNEE (1994; 2007), para fazer o acompanhamento e condicionar o acesso dos alunos que tiverem condições de acompanhar as atividades, junto com os alunos ditos normais no ensino regular; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN, nº 9.394/96, que apresenta um capítulo inteiro dedicado à Educação Especial; a Lei nº 10.098/2000, que define os critérios sobre a acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; a Lei 10.172/2001 Plano Nacional de Educação - PNE, que estabelece diretrizes e metas para Educação Especial; as Resoluções CNE/CEB nº 2, e nº 17 de 2001 - Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica (2001), que traz uma clareza à determinação do sistema de ensino, que recebe todos os alunos, seja deficiente ou não, de forma que assegure a inclusão e a formação de professores para atuar na escola inclusiva, que é um grande desafio; a Lei nº 10.436/02, que reconhece como forma de expressão a Língua Brasileira de Sinais- LIBRAS, foco para a inserção no currículo das Licenciaturas; Portaria nº 2.678/02, que diz respeito ao sistema Braille, e a indicação de seu uso em todo território nacional.

Contudo, para melhorar ainda mais o processo de inclusão, destaca-se o Decreto nº 5.296/04, que regulamenta as Leis nº 10.048/00 e a do nº 10.098/00; o Decreto nº 5.626/2005, que regulamenta a Lei nº 10.436/02, que dá ênfase à inclusão de alunos surdos e a LIBRAS que passa a fazer parte do currículo; o Decreto nº 6.094/2007 definição da garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento educacional especializado, nas escolas de rede pública; o Parecer CNE/CEB nº 13/2009 que dispõe sobre o atendimento educacional especializado, como também as escolas especiais, que permanecem e são beneficiadas pelos recursos do fundo de Desenvolvimento da educação Básica- FUNDEB. Além disso, as políticas atuais de inclusão por meio da Secretaria de Educação Especial-SEESP, junto com a política de educação especial que viabilizam ações, materializadas pelos programas e projetos, fazendo com que cheguem às escolas de rede pública, além de apoio financeiro e técnico, para o Atendimento Educacional Especializado- AEE (VANGULA; VEDOADO, 2014).

Diante desse contexto, percebe-se a importância que as políticas Internacionais e Nacionais são para o processo de inclusão escolar, relacionadas à educação especial, um público alvo de grandes desafios para o sistema educacional, e também para a escola e os professores que precisam lutar contra qualquer forma de preconceitos e discriminação, assim como as adaptações necessárias no currículo e estratégias pedagógicas.

De acordo com a legislação, os avanços são constantes, mas para concretizar a inclusão precisa-se ir além das Leis, Decretos e Resoluções, pois são necessárias muitas mudanças para poder assegurar os direitos de todos por uma educação de qualidade, e para isso deve-se conscientizar toda a sociedade de seus direitos e ir buscá-los dentro das Leis,

Decretos e Resoluções uma inclusão escolar com responsabilidade, respeito e igualdade para todos.

3.1.1 Educação especial como Direito Fundamental

Nas políticas educacionais de inclusão, a educação especial é vista como um grande desafio desde os seus primórdios, uma vez que o processo de inclusão das pessoas com necessidades especiais passou por grandes fases, até que surgiram as políticas de inclusão. Uma das políticas, que dispõe sobre o direito de todos à educação, é a própria Constituição Federal de 1988, a qual assegura o direito de todos à educação, com igualdade de acesso e permanência, porém o sistema de ensino desde então passa por grandes desafios para assegurar esse direito.

Diante disso, a Constituição Federal em seu art. 205 e 206, fala que a educação é direito de todos e dever do Estado e da Família e que será ministrada com base em vários princípios, dentre os quais a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Além disso, diz no artigo 208, que o dever do Estado com a educação só será efetivado, quando mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino (BRASIL, 1988).

De acordo com o contexto, a constituição foi vista como um “trampolim” para a concretização da educação especial, pois a educação é direito de todos, com igualdade de condições para que todos tenham igual acesso e permanência na escola. Outra política muito importante, que respaldou o movimento de inclusão escolar, que trata da educação especial foi a Declaração de Salamanca, uma conferência mundial sobre as necessidades educativas especiais, em prol de uma educação para todos. E isso foi uma forma de reconhecer a necessidade e a urgência de garantir o acesso à educação; para crianças, jovens e adultos com necessidades educativas especiais no ensino regular. (BRASIL, 1994).

Dessa forma a Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994, p. 07) afirma que:

Acreditamos e proclamamos que: cada criança tem o direito fundamental à educação e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem. Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias. Os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades. As crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades. As escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes

discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos; além disso, proporcionam uma educação adequada à maioria das crianças e promovem a eficiência, numa ótima relação custo-qualidade, de todo o sistema educativo.

Assim, percebe-se como foi importante para a educação especial, a Declaração de Salamanca, pois mostra que as crianças e jovens devem ter a oportunidade de alcançar e manter um nível plausível de aprendizagem, pois cada um tem capacidades, características, interesses e necessidades de aprendizagem próprias, e que cabe às escolas regulares irem ao encontro dessas necessidades, de forma a constituir meios de atendê-las e combater qualquer forma de discriminação.

Foi a partir da Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) que a educação especial e o ensino regular de educação unificaram e passaram a ser um sistema único. Pois segundo o Plano Decenal de Educação para Todos (BRASIL, 1993-2003, p. 33) “o sistema educacional vem mostrando incapacidade de associar o acesso, a permanência com qualidade e equidade para uma clientela afetada por profundas desigualdades sociais.”. Assim sendo, o sistema educacional não estava atendendo aos direitos estabelecidos, e com isso a organização do sistema educacional inclusivo, passa a ser repensada, pois percebe que é necessária uma mudança nas escolas para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

Garcia (2004) aborda que a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, é um documento normativo e que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, assim como o Parecer CNE/CEB nº 17/2001, que é um documento orientador dessa política, esses dois documentos é de grande importância para que as escolas do ensino regular promovam essa mudança, pois representa realmente a política de inclusão escolar, na perspectiva da educação especial. Uma vez que a referida resolução dá uma respaldada na LDBEN 9.394/96, como forma de melhorar e atender os direitos das pessoas com necessidades educativas especiais.

A resolução CNE/CEB 2/2001, em seu artigo 8º que é de grande importância, também traz uma compreensão da política de inclusão educacional, que mostra as reais condições para a realização do trabalho nas escolas da rede regular de ensino. Diante disso, as mudanças são necessárias para compreender as políticas de inclusão escolar, para que possa atender a educação especial como direito fundamental dos alunos com necessidades educativas especiais na escola regular de ensino. (GARCIA, 2004).

3.1.2 Por uma escola inclusiva: concepções e implicações da Educação Especial nos documentos oficiais

Defender uma escola inclusiva implica em uma luta constante, para que a educação seja, de fato, direito de todos, ou seja, proporcionar uma educação que reconheça e valorize as diferenças, que seja plena e livre de qualquer tipo de preconceito. Pois, para que haja a inclusão escolar, deve-se realizar a inserção de todos os alunos para as salas de ensino regular.

Diante disso, sabe-se que é o principal desafio, transformar uma sociedade que há muito tempo olha a pessoa com deficiência como um ser anormal. Mas que grandes desafios já foram enfrentados, materializados através dos documentos oficiais, sejam as leis, resoluções e decretos, que asseguram e enaltecem a importância da inclusão e que trabalham em prol de uma escola inclusiva, que implica o direito de todos à educação, de assegurar a igualdade de acesso e permanência na escola do ensino regular. Porém, por uma escola inclusiva, é necessário que o sistema de ensino, a escola e os professores tenham que buscar meios que realmente atendam às necessidades educacionais de todos os alunos com ou sem deficiência.

De acordo com o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014, p. 33) diz que tem como meta na educação especial:

Universalizar, para a população de quatro a dezessete anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Diante disso, o PNE tem suas metas para a educação especial, visto que garante um sistema educacional inclusivo no ensino regular, com salas de recursos multifuncionais e serviços especializados, dentre outros. Isso para atender todos os alunos com necessidades educativas; sejam com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação. Mas para isso se efetivar, também é necessário que o sistema de ensino assegure os profissionais especializados, para poder oferecer uma educação de qualidade a todos. Nesse contexto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/1996 já havia previsto a figura dos profissionais especializados no art. 59 nos seguintes termos:

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação: I –

currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades; [...]. III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns; IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora; [...] (BRASIL, 1996).

Para uma escola inclusiva é muito importante um currículo flexivo, métodos e técnicas adequados; recursos e organização educativa específica, para realmente atender às necessidades de cada aluno, sem contar a importância de professores capacitados e com formação específica, que contribuam para a efetivação de uma escola inclusiva.

Nessa visão, o avanço em prol de uma educação de qualidade foi apresentado com a Base Nacional Comum Curricular – BNCC para Educação Básica. Um documento de caráter normativo, de exigência para o sistema educacional brasileiro pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996; 2013), pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (Brasil, 2009) e pelo Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014), como objetivo de guiar os direitos dos alunos da educação básica, numa perspectiva inclusiva, de aprendizagem e de desenvolvimento. (BRASIL, 2016).

Diante disso, a educação tem como referência a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, para orientar as escolas na elaboração dos planejamentos, dos currículos e o projeto político pedagógico, para efetivar os princípios de uma educação inclusiva de qualidade.

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2016, p.36)

A Educação Especial na Perspectiva Inclusiva contempla a identificação e a eliminação das barreiras, principalmente as de acesso aos conhecimentos, deslocando o foco da condição de deficiência de estudantes para a organização e a promoção da acessibilidade aos ambientes escolares (arquitetônica) e a comunicação (oral, escrita, sinalizada, digital), em todos os níveis, etapas e modalidades, visando a autonomia e a independência dos educandos. A educação especial integra a educação regular, devendo ser prevista no Projeto Político Pedagógico para a garantia da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos educandos com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento, com altas habilidades/superdotação, por meio do ensino do uso de equipamentos, recursos de tecnologia e materiais pedagógicos acessíveis, da oferta de tradução e interpretação da Libras, entre outros.

Assim, a educação especial na perspectiva inclusiva deve-se ter seu direito garantido, de forma que seja efetivado mediante a plena participação de todos, bem como a comunidade que vive, sem discriminação, reconhecendo e valorizando as diferenças, promovendo o

respeito e as oportunidades de cada um, em seu desenvolvimento pessoal, social e também profissional.

Portando, por uma escola inclusiva é necessário que o sistema de ensino, as escolas, os professores e a comunidade em geral, tenham o conhecimento dos direitos, e consciência da importância de uma educação de qualidade, na perspectiva inclusiva, voltada para todos. De forma que possam romper as barreiras de discriminação e preconceitos com as pessoas com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar é um meio indispensável para o desenvolvimento social e cognitivo dos indivíduos com necessidades educacionais especiais. Um tema bastante discutido atualmente, uma vez que a inclusão escolar na perspectiva da educação especial percorreu por um longo caminho de construções, desconstruções e grandes desafios, não foi fácil e ainda está em construção, pois a inclusão escolar precisa ser assumida por todos que fazem parte da comunidade escolar; pais, professores, alunos e todos que de alguma forma tenha um conhecimento da realidade da comunidade escolar. Sendo de grande importância, o convívio, o respeito e a humildade com aqueles que sempre foram alvo de discriminação e preconceito.

A educação inclusiva vem ganhando espaço no debate da exclusão, mesmo assim, apesar das políticas, leis, decretos, conferências e documentos, a luta ainda é constante para uma real inclusão escolar, necessitando ainda repensar as concepções, propiciar novas oportunidades de aprendizagem e fazer adaptações nos currículos escolares. E assim alertar as organizações do sistema de ensino, para que aconteçam mudanças significativas, que atendam a todos, com uma educação de qualidade e de acordo com as especificidades de cada aluno.

Com isso, o presente trabalho apresentou de forma relevante uma análise das concepções sobre a inclusão escolar, implicações e grandes referências acerca da Educação Especial no contexto das políticas de inclusão escolar, onde se podem identificar os objetivos alcançados na abordagem do referido tema; conceitos, caminhos e desafios enfrentados, além das perspectivas de efetivação da educação especial nas políticas de inclusão escolar.

Diante desse contexto, ficam claros os caminhos vivenciados pela Educação especial no contexto das políticas de inclusão escolar, caminhos estes que não foram fáceis. Houve grandes avanços e conquistas, mas apesar disso a luta continua.

Portanto, percebe-se que a inclusão escolar é um fator de grande importância para uma educação para todos, sem preconceito e discriminação com nenhum indivíduo que tenha necessidades educacionais especiais. Assim, esta pesquisa é de grande relevância, pois o conhecimento da inclusão escolar é muito importante para o aprofundamento dos conhecimentos tanto pessoal como acadêmico, e também para que todos os profissionais da educação conheçam cada vez melhor o referido tema, os caminhos, desafios e avanços das pessoas com necessidades educativas especiais, aliados às políticas de inclusão escolar.

Contudo, espera-se com esse estudo, que o mesmo possa contribuir para futuras pesquisas e reflexões sobre a importância da inclusão escolar, para o desenvolvimento social e cognitivo dos alunos com necessidades especiais.

REFERÊNCIAS

BOZZO, Fátima Eliana Frigatto. Inclusão na escola. **Universitári@ - Revista Científica do Unisalesiano – Lins-SP**, ano 3, n.6, jan./jun./2012, p. 79-92.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência (CORDE), 1994.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/1996**. Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013. Brasília: MEC. 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação- PNE 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p

BRASIL . **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar: 2ª versão revista, 2016.

FIGUEIRA, Emílio. **O que é Educação Inclusiva**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

FREIRE, Sofia. Um olhar sobre a inclusão. **Revista da Educação**, Vol. XVI, nº 1, 2008.

FRIAS, Elzabel Maria Alberton. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: Contribuições ao Professor do Ensino Regular**. Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, Paranaíba 2008/2009.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. **Políticas públicas de inclusão: uma análise no campo da educação especial brasileira**. Florianópolis, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo, Atlas, 2003.

LOPES, Dirce Efigênia Brito; ROSA, Éllen Cássia Esteves Costa Santa; FRANÇA, Silvana Diamantino. **Fundamentos e Metodologia da Educação Especial**. Editora: Unimontes, Montes Claros, 2011.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Caminhos pedagógicos da inclusão**. São Paulo, Memnon, 2001.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOREIRA, Carlos José de Melo. **POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**: uma análise de três Programas Federais, para a Educação Especial, desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação do município de São Luis-MA, no período de 2009 a 2012. Campinas, SP: [s.n.], 2016.

RUDIO, Franz Victor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. Petrópolis: Vozes, 2007.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SCHLÜZEN, E. RINALDI, R. SANTOS, D. Inclusão escolar: marcos legais, atendimento educacional especializado e possibilidade de sucesso escolar para pessoas com deficiência. In: Universidade Estadual Paulista. Prograd. **Caderno de Formação: formação de professores didática geral**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 148-160, v. 9.

VANGULA, Edilaine; VEDOATO, Sandra Cristina Malzinoti. **Educação inclusiva e língua brasileira de sinais**. Londrina: UNOPAR, 2014.